SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. Demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2014



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.



Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 2 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRO 2SP060160/O-5/"F" RJ

Felipe Edmond Ayoub

Contador CRC 1SP187402/O-4 "S" RJ

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

		Controladora	ŏ	Consolidado		3	Controladora	ŏ	Consolidado
Ativo	2014	2013	2014	2013	Passivo e patrim ônio líquido	2014	2013	2014	2013
Circulante Caixa e equivalentes de enixa (Nota 6) Contas a receber (Nota 7) Dividendos a receber (Nota 8 (b.)) Estoques (Nota 2.6) Sociedades ligadas (Nota 2.1) Outros Ativos	527 70.465 21.154 174.906 9.726	644 33.010 10.425 23.137 106.993 8.869	1.665 78.644 21.154 170.018 10.072	4.662 41.516 23.137 106.993 8.996	Greulante Fornecedores (Nota 10) Empréstimos e financiamentos (Nota 12) Salários e encargos sociais Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) (Nota 14) Parcelamentos (Nota 13) Concessão a pagar (Nota 11) Outros passivos	87.138 168.551 24.278 1.487 3.572 17.367	137.355 412.412 25.468 1.434 5.525 3.572 23.302	89.329 174.890 24.684 1.487 3.572 17.763	138.039 417.916 26.007 1.434 5.525 3.572
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 2.12)	276.778 4.954 281.732	183.078	281.553 4.954 286.507	185.304		302.393	890.009	311.725	617.087
Não Circulante Realizável a longo prazo Sociedades ligadas (Nota 21) Contas a receber (Nota 7) Tributos diferidos (Nota 15) Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 17)	8.277 125.970 9.794 144.041	509 49.572 148.702 7.406 206.189	8.277 125.970 9.794 144.041	509 49.572 148.702 7.406 206.189	Não circulante Pornecedores (Nota 10) Empréstimos e financiamentos (Nota 12) Parcelamentos (Nota 13) Concessão a pagar (Nota 13) Provisão para contingências (Nota 17) Sociedades coligadas e controladas (Nota 21) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) (Nota 14) Outros passivos	6.856 1.078.038 25.489 22.416 81.913	483.790 6.746 32.230 65.123 3.059 3.211 1.505	6.856 1.090.399 5.489 22.416 81.913	498.092 6.746 32.230 65.123 3.211
Investimentos em controlada (Nota 8) Intangível (Nota 9)	50 1.193.750 1.337.841	1 920.928 1.127.118	1.210.718	937.965	Patrimônio líquido Capital social integralizado (Nota 16) Roscrva de capital Prejuízos acumulados	359.300 11 (237.164) 122.147	359.300 11 (253.847) 105.464	359.300 11 (237.164) 122.147	606.907 359.300 11 (253.847)
Total do ativo	1.619.573	1.310.196	1.641.266	1.329.458	Total do passivo e património líquido	1.619.573	1.310.196	1.641.266	1.329.458

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		C	onsolidado
	2014	2013	2014	2013
Operações				
Receitas líquida (Nota 18)	901.582	692.304	927.608	720.529
Custos dos serviços prestados	(317.042)	(366.778)	(323.645)	(368.077)
Custo de construção	(428.960)	(273.716)	(428.992)	(273.891)
Lucro bruto	155.580	51.810	174.971	78.561
Despesas com vendas	(2.214)	(3.085)	(4.269)	(5.202)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(58.031)	(64.857)	(69.630)	(73.150)
Honorários da administração	(4.862)	(4.155)	(4.862)	(4.155)
Outras despesas, líquidas	798	(788)	(2.409)	(918)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	49	10.425		
Lucro (Prejuízo) operacional	91.320	(10.650)	93.801	(4.864)
Receitas financeiras (Nota 20)	23.123	9.598	23.970	9.656
Despesas financeiras (Nota 20)	(75.017)	(49.723)	(77.904)	(52.235)
Resultado financeiro líquido	(51.894)	(40.125)	(53.934)	(42.579)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	39.426	(50.775)	39.867	(47.443)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)				
Corrente			(441)	(3.332)
Diferidos	(22.743)	14.279	(22.743)	14.279
Lucro (Prejuízo) do exercício	16.683	(36.496)	16.683	(36.496)
Y (Destrict a)				
Lucro (Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		3	0,4399	(0,9623)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Lucro (Prejuízo) nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2012	379.240	(19.940)	11	(217.351)	141.960
Prejuízo do exercício				(36.496)	(36.496)
Em 31 de dezembro de 2013	379.240	(19.940)	11	(253.847)	105.464
Lucro do exercício				16.683	16.683
Em 31 de dezembro de 2014	379.240	(19.940)	11	(237.164)	122.147

Demonstração dos fluxos de caixa Semestres findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Co	ntroladora	dora Consolidado		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2014	2013	2014	2013	
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social Ajustes	39.426	(50.775)	39.867	(47.443)	
Amortização	27.522	74.572	27.622	74.671	
Despesas financeiras	61.077	40.125	63.117	42.579	
Provisão para contingências	4.689	2.127	4.689	2.127	
Equivalência patrimonial	(49)	(10.425)	4.009	2.12/	
Equivalencia patrinioniai	93.239	106.399	95.428	119.377	
Variação nos ativos e passivos	93.239	100.399	93.420	119.3//	
Estoques	1.983	671	1.983	671	
Contas a receber de clientes	3.827	(27.558)	4.395	(31.340)	
Outros recebíveis	668	6.431	5.321	6.420	
Fornecedores	(38.927)	3.865	(37.421)	4.468	
Outras obrigações	(32.469)	(48.841)	(32.695)	(48.619)	
Outras obrigações	(64.918)	(65.432)	(58.417)	(68.400)	
Caixa (aplicados) gerado pelas operações	67.747	(9.808)	76.878	3.534	
Juros pagos	(101.693)	(4.476)	(102.477)	(4.476)	
Impostos de renda e contribuição social pagos		5	(1.234)	(3.097)	
Caixa líquido (aplicados) gerados pelas atividades operacionais	(33.946)	(14.284)	(26.833)	(4.039)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições do ativo intangível	(260.447)	(370.692)	(260.479)	(370.867)	
Dividendos recebidos	7.365	4.313			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(253.082)	(366.379)	(260.479)	(370.867)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Obtenção de empréstimos	764.694	439.730	764.694	439.730	
Pagamentos de empréstimos	(415.277)	(13.806)	(417.872)	(13.806)	
Transações com sociedades ligadas, líquida	(62.507)	(62.819)	(62.507)	(65.805)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	286.910	363.105	284.315	360.119	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, liquídos	(118)	(17.558)	(2.997)	(14.787)	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	644	18.202	4.662	19.449	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	526	644	1.665	4.662	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores ("Contrato"), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 225 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ. As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço, como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Conforme definido no contrato de concessão assinado em 1998, cabe à Companhia a obrigação de executar o Programa de Recuperação de Material Rodante e o Programa de Serviços e Obras. Em 28 de junho de 2007, foi assinado o aditamento no VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em junho de 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de 30 novos trens com ar condicionado. Todos os 30 trens entraram em operação durante o ano de 2013.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, sendo os principais pontos descritos a seguir:

Prazo de concessão - O contrato, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, fica, condicionado a investimentos, prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048.

Reajuste e revisão de tarifas - As tarifas serão reajustadas anualmente, no mês de novembro de cada ano, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV, ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores.

- A tarifa será objeto de revisão, ordinária ou extraordinária, independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 5 anos. A revisão extraordinária dar-se-á a qualquer momento, na ocorrência de circunstância que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato com as alterações do aditivo.
- Em consequência das manifestações ocorridas por todo o Brasil, o Governo do Estado do Rio de Janeiro determinou na data de 21 de junho de 2013 a redução da tarifa do trem de R\$ 3,10 para R\$ 2,90. A tarifa de R\$ 3,10 estava em vigor desde a data de 02 de fevereiro de 2013, em 18 de maio de 2014 através da deliberação AGETRANSP n.º 545 foi autorizado o reajuste da passagem para R\$ 3,20.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Preço da Concessão - o preço total da outorga da Concessão objeto do aditivo, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos é de R\$1.240.990 (um bilhão duzentos e quarenta mil novecentos e noventa reais), cuja composição está apresentada nos Anexos I e II do aditivo nº VIII do Contrato de Concessão, que sucintamente cita:

- O preço da outorga será pago pela Concessionária por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos tais como aquisição de trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, etc. Estes investimentos gerarão novas receitas para a Companhia. Sendo certo que estes investimentos, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema.
- Os investimentos a serem pagos ao Estado, serão realizados sem majoração da tarifa em vigor e nem serão considerados para efeito de revisão tarifária.

Bens reversíveis - serão considerados bens reversíveis, para os fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, Central, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - o Estado em cumprimento à cláusula 24, ao Contrato e dando continuidade ao estabelecido ao Sexto Termo Aditivo ao Contrato, ratifica a transferência à Concessionária de receitas estimadas a partir de 28 de junho de 2007 para pagamento do passivo judicial, de responsabilidade da Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística ("Central") e da Companhia Fluminense de Trens Urbanos ("Flumitrens"), na seguinte ordem:

- Compensação, a partir do mês de junho de 2010, das parcelas da outorga mensal devidas pela Concessionária ao Estado (Nota 11), até outubro de 2023, inclusive.
- Dação em pagamento dos bens móveis, no valor total de R\$ 8.482 devidamente relacionados e alienados, com exclusões e reavaliações dos itens constantes do sexto aditamento.
- Créditos relacionados aos depósitos recursais, subtraídas as despesas para o seu resgate em valor líquido.

Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto a permuta de investimentos previstos no Oitavo termo Aditivo, no valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), onde a Companhia deixa de adquirir 10 novos trens e reformar 41 trens antigos e se compromete a reformar seis estações ferroviárias estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que será realizado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, em troca do compromisso do Estado do Rio de Janeiro em adquirir 22 novos trens que estão previstos no programa de investimentos da Companhia. As estações ferroviárias que serão reformadas são as estações de São Cristóvão, Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Ricardo de Albuquerque e Engenho de Dentro.

Em 06 de junho de 2014, o Estado do Rio de Janeiro prorrogou contrato pro sete meses, vencendo em 07 de janeiro de 2015, para prestação de serviço de operação do Teleférico localizado na cidade do Rio de Janeiro na localidade denominada Complexo do Alemão. Este Teleférico tem em seu sistema, seis estações sendo a primeira estação um anexo da Estação Ferroviária de Bonsucesso e as demais estações distribuídas ao longo do sistema.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 25.615 controladora e R\$ 30.172 consolidado (31 de dezembro de 2013 R\$ 425.990 e R\$431.783 respectivamente), necessitando de recursos de longo prazo para fazer face aos compromissos de curto prazo.

Para minimizar os efeitos do capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está negociando à tomada de financiamentos de longo prazo para quitação da dívida de curto prazo em instituições bancárias nacionais renomadas, visando garantir o programa de investimentos presentes no plano geral de negócios da Companhia. Em 2014 a Companhia diminuiu consideravelmente o valor do capital circulante liquido negativo em decorrência principalmente entre outras ações da emissão debentures de infraestrutura de longo prazo (Nota 12.d).

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da SuperVia foi autorizada pela Administração em 2 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da SuperVia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Demonstrações resultado abragente

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Prejuízo nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (controladora) e de sua controlada integral SC Empreendimentos e Participações S.A. (anteriormente denominada SuperVia Comercial S.A.)

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais, quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

A Companhia detém participação societária integral nas empresas Teleféricos do Rio de Janeiro S.A e Hotel Central do Brasil S.A., tais empresas não são consideradas investimentos relevantes, pois possuem o capital social de R\$ 1 e R\$ 0,9, respectivamente, em contrapartida de caixa e, portanto, não fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6).

A entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são

8 de 37

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da SuperVia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Os valores a receber do Poder Concedente — Estado do Rio de Janeiro - representam reembolso de R\$ 1 (um real) por estudante pela gratuidade concedida e também, valores pagos pela Companhia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão (Nota 1), além de valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico (Nota 7).

2.6 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

2.7 Despesas do exercício seguinte

As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos seguros.

2.8 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores representam valores concedidos a fornecedores, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota 17).

2.12 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se a terrenos localizados no estado do Rio de Janeiro e são classificados como ativos mantidos para venda. A Companhia entende que seu valor contábil é recuperável. Esses terrenos encontram-se em processo de venda e a Administração da Companhia estima que a conclusão da negociação ocorra em 2015.

A Companhia mensura seus ativos não circulantes mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

2.13 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento à interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infra-estrutura, e são reconhecidos a partir da data em que encontram-se disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e sua controlada, em função da curva de demanda de passageiros, tendo sido adotada pela companhia a partir do ano de 2014. Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na Nota 9.

(b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na Nota 1, no qual a SuperVia promete entregar recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma, reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (Nota 9).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

(d) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo intangível e um passivo de financiamento (arrendamento). O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelas taxas definidas na Nota 9.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a SuperVia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

(b) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

12 de 37

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem serem mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida à medida em que o serviço é prestado. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia e sua controlada reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(b) Receitas de construção

Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (Nota 18 (a)).

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre as quais se destacam: (i) alterações na legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e à COFINS com o objetivo de alinhar a contabilidade fiscal à societária; (ii) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (iii) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial; (iv) disposição acerca do tratamento fiscal dos dividendos calculados com base nos resultados apurados no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2013; e (v) disposições associadas à tributação dos contratos de concessão de serviços públicos. As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo na hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Posteriormente, no quarto trimestre de 2014, foram editadas algumas instruções normativas pela Receita Federal do Brasil (RFB) com o objetivo de regulamentar as disposições contidas na Lei nº 12.973/14, dentre as quais destaca-se a IN RFB nº 1.515/14, que tratou especialmente dos efeitos decorrentes da revogação do RTT e da regulamentação das modificações na tributação das atividades de concessões de serviços públicos.

No que concerne a aplicação dos efeitos da Lei nº 12.973/14, a administração está avaliando o disposto no art. 3 da IN RFB nº 1.499/14 para confirmar a sua opção, ou não, pela adoção antecipada da referida Lei cujo prazo previsto para sua confirmação se encerra em 23 de fevereiro de 2015, quando da entrega da DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais)referente ao mês de dezembro de 2014.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações financeiras anuais dos exercícios findos até 31 de dezembro de 2013, estimava como base para amortização do contrato de concessão, um modelo linear.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia passou a reconhecer o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado da demanda e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidade, contas a receber, contas a pagar e fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia através de sua controlada SC Empreendimentos e Particaipações SA, mantém um contrato de Swap de taxa de juros, junto ao Banco ABC para o empréstimo para aquisição de imóvel conforme descrito na Nota 12. O valor nominal do swap é de R\$ 16.000. O valor garantido pelo banco é de 100% do CDI acrescido de 3,9% a.a., sendo o valor garantido pela Companhia equivalente a IGPM acrescido de 8,1% a.a. As operações de swap possuem vencimento entre julho de 2014 e julho de 2017, conforme cronograma das parcelas do valor principal do empréstimo. O valor de mercado das operações em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 450.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores iustos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Caixa e bancos, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimento

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial, no qual a Companhia tem interesse estratégico.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação do CDI e TJLP e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

_				Consolidado
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores e outras contas a pagar	92.016	6.856		
Concessão a pagar	3.572	4.340	8.679	16.876
Empréstimos e financiamentos	174.890	73.592	219.836	796.972
Parcelamentos	1.487	1.372	2.745	1.372
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores e outras contas a pagar	128.537	78		
Concessão a pagar	3.572	4.916	9.669	17.645
Empréstimos e financiamentos	454.074	39.414	87.049	845.413
Parcelamentos	5.979	3.016	6.033	

(g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia em 31 de dezembro de 2014 possui um Swap contratado por sua Controlada para proteção de risco de volatilidade da taxa CDI (Nota 12(a)).

(h) Risco com taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira em contas a pagar à fornecedores e adiantamento à fornecedores, tais valores são imateriais em relação aos saldos destas contas.

(i) Risco de crédito

Segundo avaliação da administração da Companhia, esse risco é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos com a SuperVia. Com relação aos demais recebíveis a administração considera baixo o risco de não liquidação. A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")

A companhia esta sujeita, no seu empréstimo com BNDES e nas Debêntures a covenants financeiros referente ao índice de cobertura serviço da dívida. O cálculo do mesmo pode ser sumariado:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) = EBITDA (a)

Serviço da Dívida (b)

- (a) EBITDA: Resultado Operacional antes das despesas financeiras e imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização; e
- (b) Serviço da Dívida: Amortização de Principal + Pagamento de Juros excetuando amortização de principal
 e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas.

Cálculo do EBITDA:

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro líquido e dos tributos sobre o lucro (i) Amortização (ii)	93.801 27.624	(4.864) 74.671
EBITDA	121.425	69.807

- (i) Para efeito de cálculo do resultado operacional o item "despesas financeiras" foi entendido como "resultado financeiro líquido" e o item "imposto de renda" como "Imposto de renda e Contribuição social".
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram registradas despesas de depreciação.

Cálculo do Serviço da Dívida:

	2014	2013
Amortização de Principal (i) Amortização de Juros (ii)	3.719 58.831	13.806 4.476
Serviço da Dívida	62.550	18.282

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Executa-se amortização de principal de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas (R\$ 417.872 subtraindo R\$ 414.153).
- (ii) Executa-se amortização de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas (R\$ 102.477 subtraindo R\$ 43.646).

Cálculo do ICSD:

	2014	2013
EBITDA	121.425	69.807
Serviço da Dívida	62.550	18.282
ICSD	1,94	3,82

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidad		
	2014	2013	
Total dos empréstimos (Nota 12) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.265.289 (1.665)	916.008 (4.662)	
Dívida líquida Total do patrimônio líquido	1.263.624	911.346	
Total do capital	1.385.771	1.016.810	
Índice de alavancagem financeira - %	91	90	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Supervia mantém, contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e investimentos. O caixa da Supervia administrado pela F.L.O.S.P.E., em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 170.018 (2013 - R\$ 106.993).

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

A Companhia possui ativos ao valor justo, derivativos ou ativos na categoria de disponíveis para venda.

		mpréstimos e recebíveis
	2014	2013
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.665	4.662
Contas a receber e outros ativos	96.993	94.906
	98.658	99.568
	Out	ros passivos financeiros
	2014	2013
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.265.289	916.008
Fornecedores, concessão a pagar e outros passivos	122.493	192.966
Parcelamentos	6.976	12.271
	1.394.758	1.121.245

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Cont	Controladora		nsolidado
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos Fundo fixo	500 27	621 23	1.635 30	4.635 27
	527	644	1.665	4.662

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

_	Controladora		Co	nsolidado
_	2014	2013	2014	2013
Contas a receber bilheteria (a)	2.392	1.734	2.392	1.734
Outras contas a receber (b)	9.155	6.113	17.334	14.619
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/Flumitrens (c)	39.234	46.592	39.234	46.592
Contas a receber Teleférico do Rio de Janeiro (d)	21.236	18.536	21.236	18.536
Outras contas a receber do Estado do Rio de Janeiro (e)	7.232	10.113	7.232	10.113
Provisão Devedores Duvidosos	(507)	(507)	(507)	(507)
Menos	78.742	82.582	86.921	91.088
Ativo circulante	(70.465)	(33.010)	(78.644)	(41.516)
Ativo não circulante	8.277	49.572	8.277	49.572

- (a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da SuperVia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.
- (b) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da SuperVia, aluguel de espaço publicitário e aluguel de imobiliário.
- (c) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão.
- (d) Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referentes ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço.
- (e) Reembolso a receber do Poder Concedente de R\$ 1 (um real) por estudante e deficiente físico pela gratuidade concedida e valor referente à convênio firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para fornecer café da manhã nas estações ferroviárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da no capital social votante	Ativo	Passivo	Patrimônio Liquido	Lucro líquido do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	100	26.632	26.582	50	49_
Em 31 de dezembro de 2014	1.000.000	99,99	26.632	26.582	50	49
Em 31 de dezembro de 2013	1.000.000	99,99	32.746	32.745	1	10.425

O resultado auferido pela SC Empreendimentos e Participações S.A. decorre da atividade de negócios imobiliários e aluguel de espaços publicitários.

Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços.

(b) Movimentação do investimento

	Empreendimentos e Participações S.A.
31 de dezembro de 2012	1
Equivalência patrimonial	10.425
Dividendos	(10.425)
31 de dezembro de 2013	1
Equivalência patrimonial	49
31 de dezembro de 2014	50

SC

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da controlada

i Balanço Patrimonial sintético

	SC Empreer Participaçõ	
	2014	2013
Circulante	* (()	10 (50
Ativo Passivo	9.664 (14.221)	12.650 (18.442)
rassivo	(14.221)	(10.442)
	(4.557)	(5.792)
Não Circulante		
Ativo	16.968	20.096
Passivo	(12.361)	(14.303)
	4.607	<u>5.793</u>
Patrimônio Líquido	50	1
ii Demonstração do resultado sintética		reendimentos ipações S.A is
	20	142013
Receita Líquida	26.02	
Custos/Despesas Totais	(23.49	
	2.53	0 16.211
Resultado Financeiro	(2.04	0) (2.454)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(44	(3.332)
Lucro Líquido do exercício	4	9 10.425

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii Demonstração sintética dos fluxos de caixa

SC Empreendimentos e Participações S.A Em reais

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas operações	8.347	13.342
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(1.234)	(3.097)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.113	10.245
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(32)	(175)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	196. 18	18 ±57/2√3,124
Dividendos pagos	(7.365)	(7.299)
Amortizações de Emprestimos	(2.595)	-
Activities the state of the sta		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.960)	(7.299)
	e: 5016 698	
Aumento de caixas e equivalentes de caixa, líquidos	(2.879)	2.771
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.018	1.247
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.139	4.018

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível - Consolidado

9

																Consolidado
	Metaid		Manage	Outorga	o more more		Louinementoc	Wéaninae	Inctalnence	Committedores		Váveise		Totalem	Intensivel	Intanoivel
	Rodante	Edificações		000	Estado RJ	Software	e Instalações	Automáticas	Fixas	e Periféricos	Veículos		Ferramentas		em andamento	total
Discriminação																
2013	400	000	0	00901	0.0.0	900.	0	0	280 111		go.	your	61	216 676	992 000	616.949
Saldo inicial	105.329	42.939	309	12.020	21.030	1.290	/71.0	6.6.6	Commit	/+0.0	770	00/:-	‡ .	0/0.010	000.66-	*******
Aquisições	4	165					583	246		1.295	213	989	જ	3.275	393.120	396.395
Transferências	17.363	10.411					3.205	45	28.687			3		59.710	(59.711)	Ξ
Alienação/baixa																
Amortização	(35.799)	(646)	(30)	(323)	(609)	(714)	(1.151)	(3.539)	(28.739)	(2.019)	(231)	(420)	(118)	(74.671)		(74.671)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	86.897	52.566	279	12.275	21229	582	10.764	169	111.233	4.323	803	2.971	377	304.990	632.975	937.965
Custo total	215.279	59.259	716	25.865	23.107	5:337	15.122	17.797	271.739	12.021	1.456	5.887	649	654.234	632.975	1.287.209
Amortização acumulada	(128,382)	(6.693)	(437)	(13.590)	(1.878)	(4.755)	(4.358)	(17.106)	(160.506)	(2,698)	(653)	(2.916)	(272)	(349.244)		(349.244)
Saldo contábl líquido	86.897		279	12.275	21.229	582	10.764	169	111.233	4:323	803	2.971	377	304.990	632.975	937.965
2014																
Saldo inicial	86.897	52.566	279	12.275	21.229	582	10.764	169	111.233	4.323	803	2.971	377	304.990	632.975	937-965
Aquisições	3.956	12				52	340			219	418	619	63	5.679	294.698	300.377
Transferências	308.230	9.504				16.723	400		55.193	923		339		391.312	(391.312)	0
Alienação/baixa																
Amortização	(16.954)	(1.396)	(30)	(323)	(609)	(1.627)	(1.455)	(276)	(2.274)	(1.749)	(270)	(206)	(125)	(27.624)		(27.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	382.129		249	11,922	20.620	15.730	10.049	415	164.152	3.716	951	3.423	315	674:357	536.361	1.210.718
Custo total	527.465	68.775	716	25.865	23.107	22.112	15.861	17.797	326.932	13.163	1,761	6.841	712	1.051.107	536.361	1.587.468
Amortização acumulada	(145.336)	(8.089)	(467)	(13.943)	(2.487)	(6.382)	(5.812)	(17.382)	(162.780)	(9.447)	(810)	(3.418)	(397)	(376.750)		(376.750)
Saldo contábl liquido	382.129	989'09	249	11.922	20.620	15.730	10.049	415	164.152	3.716	951	3.423	315	674-357	536.361	1,210,718
	curva de								curvade				2			
Taxa de depreciação %	demanda		Até 2048 Até 2048	Até 2048	Até 2048	20%	10%	20%	demanda	50%	20%	10%	20%			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Infraestrutura - consolidado

Após a adoção do ICPC 01, todo custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado em função da curva de demanda de passageiros, que a administração entende como o método que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

(b) Direito de outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos que finalizará em 2048.

O valor da outorga, decorrente do contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e em 31 de dezembro de 2014 o saldo monta R\$ 11.922 (Notas 1 e 11).

Em 31 de dezembro de 2014, o direito de outorga pago decorrente do oitavo aditivo contratual, monta a R\$ 778.754 por meio da realização de investimentos (Nota 1).

(c) Intangível em Construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de arcondicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia (Nota 1).

(d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a curva de demanda para o grupo de ativos de infraestrutura até o prazo final da concessão que se encerra em 2048, este método de amortização foi adotado no ano de 2014 que resultou em uma redução relevante na amortização em comparação com exercícios anteriores.

10 Fornecedores

	Controladora		Co	Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	
Fornecedores - Moeda Nacional (a) Fornecedores - Moeda Estrangeira (b) CAF Brasil Indústria e Comércio S.A. (c)	88.067 5.927	103.015 5.793 28.547	90.258 5.927	103.699 5.793 28.547	
	93.994	137.355_	96.185	138.039	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia apresenta valores a pagar em moeda nacional tendo como principais fornecedores as empresas Bombardier Transportation Brasil Ltda. e Light Serviços de Energia S.A.
- (b) A Companhia apresenta valores a pagar em moeda estrangeira ao fornecedor Bombardier European Investments, decorrente da aquisição de novo sistema de sinalização da via férrea.
- (c) Saldo correspondente ao montante cobrado pela prestadora de serviços de manutenção de material rodante, objeto de arbitragem internacional cuja decisão foi proferida em 26 de março de 2006. Atualmente, a Construcciones y Auxiliares de Ferro Carriles, S.A ("CAF") está pleiteando junto ao Superior Tribunal de Justiça("STJ") a homologação da sentença estrangeira, com o objetivo de permitir sua cobrança na esfera judicial do Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, a Companhia questiona junto ao STJ o não reconhecimento da decisão estrangeira. Em 2014, a Companhia efetuou a transferência do saldo para o grupo de contingências.

11 Concessão a pagar - Consolidado

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogando em novembro de 2010 por igual período conforme Nota 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2014 foram pagas 124 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 25.988.

	Co	onsolidado
	2014	2013
Ativo		
Outorga da concessão	25.865	25.865
Amortização acumulada	(13.943)	(13.590)
Intangível (Nota 9)	11.922	12.275
Passivo		
Circulante	3.572	3.572
Não Circulante	22.416	32.230
Concessão a pagar	25.988	35.802

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Empréstimos e financiamentos

	_	(Consolidado
	Encargos financeiros	2014	2013
Banco Brasil - FINAME	0,37% e 0,57% a.m	655	804
Banco Itaú - FINAME	0,64% e 0,46% a.m	137	222
Banco Itaú	100% do CDI+ 0,18 a.m + 0,15 a.m	6	143.059
Banco Santander (a)	100% do CDI+ 0,17%a.m + CDI + 0,18% a.m	21.065	25.500
Banco Bradesco (a)	100% do CDI+ 0,19%a.m + 125% do CDI	20.068	20.084
Banco do Brasil (a)	120% CDI a.m + 115% CDI a.m	108.229	50.044
Banco ABC Brasil (b)	100% do CDI+ 0,26%a.m	18.699	19.807
Debêntures (c)	100% CDI + 0,12 a.m		165.496
Debêntures Infraestrutura (d)	IPCA + 0,6% a.m	283.685	
Banco BNDES (e)	TJLP + 0,20% a.m	811.628	489.522
Leasing	IGPM	1.117	1.470
		1.265.289	916.008
Circulante		(174.890)	(417.916)
Não Circulante		1.090.399	498.092

- (a) Empréstimo contratado para pagamento de investimentos não financiáveis pelo BNDES contidos no plano de investimentos. A Companhia está negociando à tomada de financiamentos de longo prazo para quitação da dívida de curto prazo.
- (b) Empréstimo adquirido pela Controlada SC para aquisição de imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro que será pago em 37 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2014 e a última parcela com vencimento em junho de 2017. O swap contratado para proteção de risco com taxa de juros (Nota 4.1 (g)) tem o mesmo vencimento das parcelas do empréstimo. O valor registrado em 31 de dezembro de 2014 monta R\$ 5.781. Este imóvel será destinado à implantação de uma oficina ferroviária que servirá para montagens e manutenção de trens.
- (c) Emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento, para liquidação de empréstimos de capital de giro no valor de R\$ 150.000, com pagamento em parcela única em maio de 2014. Os agentes financeiros emitentes foram o Banco Votorantim S.A. e o Banco do Brasil S.A.
- (d) Emissão de Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, o contrato será pago em 216 parcelas com a primeira parcela vencendo em novembro de 2015 e a última parcela em outubro de 2033.
- (e) Linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$1.635.927, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia conforme Nota 1. O valor liberado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$807.480.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais cláusulas restritivas - Empréstimo BNDES e Debêntures de Infraestrutura

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes Contratos, a constituir e manter, durante toda a vigência Conta Reserva aberta junto ao Banco Depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia mantém esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A e pagamentos denominada para este contrato conforme apresentado na Nota 21.

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não pode ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício.

As operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES e aos debenturistas.

A Companhia não conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiarias e assumir novas dividas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES e debenturistas, ressalvadas aquelas já previstas em contrato.

Todas as obrigações contraídas pela Companhia relativas a estes contratos foram cumpridas em 31 de dezembro de 2014.

Prazos de vencimento

O montante de empréstimos e financiamentos em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	C	onsolidado
	2014	2013
2015		40.588
2016	119.559	30.743
2017	149.607	32.102
2018	185.218	32.667
2019	199.978	31.220
2020 em diante	436.037	330.772
	1.090.399	498.092

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Parcelamentos

_	Co	onsolidado
_	2014	2013
Líquido cessão de crédito Santander		4.125
Cedae (a)	6.976	8.146
Total =	6.976	12.271
Circulante	1.487 5.489	5.525
Não circulante	5.489	6.746

(a) Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - Cedae

Em 21 de junho de 2009, a SuperVia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a SuperVia se compromete a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV. As parcelas do circulante e do não circulante representam R\$ 1.487 (2013 - R\$ 1.400) e R\$ 5.489 (2013 - R\$ 6.746), respectivamente.

14 Programa de recuperação fiscal ("Refis")

Em outubro de 2009, a SuperVia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei no 11.941/09 e pela Medida Provisória no 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

	Con	nsolidado
	2014	2013
Saldo inicial Amortizações no período	4.645 (4.645)	13.216 (8.571)
		4.645
Circulante Não circulante		1.434 3.211

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia utilizou o beneficio fiscal da amortização de prejuízo fiscal na sua base em 70% do valor devido e efetuou pagamento dos 30% restante liquidando o Refis, conforme previsto ne Medida Provisória 651, de 09 de julho de 2014.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal

		Consolidado
	2014	2013
Créditos de:		
Imposto de renda	105.391	111.581
Contribuição social	38.819	40.169
	144.210	151.750
Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos		
	2014	2013
Ajuste a valor presente - Light Santander		8.966
Amortização do intangível	46.166	
Ajuste a valor presente - Concessão a pagar	7.479	
Imposto de renda 25%	13.411	2.241
Contribuição social 9%	4.829	807
	18.240	3.048

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014 o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam a R\$ 125.970 (2013 – R\$ 148.702).

(b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

		Consolidado
Ano	2014	2013
2016	3.971	
2017	20.548	
2018	21.474	1.820
2019	18.507	6.809
2020	22.802	14.295
2021	32.544	19.025
2022	24.364	25.424
2023		34.735
2024		40.433
2025		9.209
	144.210	151.750

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo. A partir do exercício de 2013 a Companhia não reconheceu mais IR e CSL diferidos sobre prejuízos fiscais, este não reconhecimento será mantido até que os novos cenários em adição aos existentes de lucros futuros sejam demonstrados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_	Controladora		Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	39.426	(50.775)	39.867	(47.443)	
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL	(13.405)	17.264	(13.405)	16.131	
Adiçoes e exclusões permanentes	(1.271)	857	(1.271)	857	
IR e CSL constituídos de anos anteriores	(2.439)	92	(2.439)	92	
Crédito Tributário não reconhecido	(5.717)	(3.934)	(5.717)	(2.801)	
Resultado de participações societárias	89				
Efeito IR/CSL resultado - Lucro Real	(22.743)	14.279	(22.832)	14.279	
Composição do IR e da CSL					
IR/CSL Lucro Real - Corrente			(441)	(3.332)	
IR/CSL Lucro Real - Diferido	(22.743)	14.279	(22.743)	14.279	
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	(22.743)	14.279	(23.184)	10.947	

16 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social da Companhia é de R\$ 379.240 (R\$ 359.300 integralizado e R\$ 19.940 a integralizar), representado por 37.923.947 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 99,99% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

17 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

 (a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

				Consolidado
,	Depósitos	judiciais	Provisões para cont	ingências
	2014	2013	2014	2013
Contingências trabalhistas e previdenciárias (c) (i) Reclamações cíveis (c) (ii) FGTS (c) (iii)	6.466 3.328	6.286 9.761	4.753 75.417 1.743	5.975 57.405 1.743
	9.794	16.047	81.913	65.123

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	3-		C	Consolidado
	Trabalhistas	Cíveis	FGTS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.974	57.406	1.743	65.123
Pagamentos Transferências (Nota 10.c)	(1.039)	(14.407) 28.547		(15.446) 28.547
Reversão líquida	(182)	3.871		3.689
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.753	75.417	1.743	81.913

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2014.

- (c) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:
 - i Contingências trabalhistas e previdenciárias consistem, principalmente, em reclamações de exempregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
 - ii Ações cíveis consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.
 - iii Valor de FGTS relativos a recolhimento efetuado a menor conforme autos de infração.
- (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$ 218.363 e R\$ 56.043, respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receitas

	Controladora		Consolidado		
	2014	2013	2014	2013_	
Receita de construção (a)	428.960	273.716	428.992	273.891	
Receita de operação					
Bilheteria	466.386	415.916	466.386	415.916	
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais	120	94	31.977	32.259	
Direito de passagem e outras receitas (b)	10.423	14.956	10.423	14.957	
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	1.987	1.875	1.987	1.875	
	478.916	432.841	510.773	465.007	
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(6.294)	(14.253)	(12.157)	(18.369)	
=	901.582	692.304	927.608	720.529	

- (a) Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário, entretanto, a margem apurada para esta receita é próximo a zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.
- (b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem a composições da MRS Logística pela malha ferroviária da SuperVia e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico.
- (c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento é garantido pelo contrato de concessão.

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contingências (Nota 17 (b)) Despesas de benefícios a empregados Consultoria e assessoria jurídica Frete Outras despesas	4.857 19.666 17.338 1.652 14.519	(497) 22.965 22.521 1.703 18.165	4.898 25.172 18.561 1.659 19.338	(497) 27.907 23.010 1.714 21.016
Despesas gerais e administrativas	58.031	64.857	69.630	73.150

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita e despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	2014	2013	2014	2013
Juros empréstimos bancários	(65.294)	(26.151)	(68.037)	(28.683)
Variação monetária concessão a pagar	(1.863)	(1.985)	(1.863)	(1.985)
Variação monetária parcelamentos	(188)	(7.562)	(188)	(7.562)
Impostos sobre operações financeiras	(5.265)	(3.927)	(5.265)	(3.927)
Outras	(2.407)	(10.098)	(2.551)	(10.078)
	(75.017)	(49.723)	(77.904)	(52.235)
Receita financeira				
Variações monetárias	11.077	6.962	11.077	6.962
Receita aplicação financeira	11.531	2.016	11.772	2.071
Outras receitas financeiras	515	620	1.121	623
	23.123	9.598	23.970	9.656
Resultado financeiro líquido	(51.894)	(40.125)	(53.934)	(42.579)

21 Partes relacionadas

Transações e saldos

		Rio Trens pações S.A		SC dimentos e ipações S.A	Partic	Odebrecht Transport ipações S.A	EMPREE	FLOSPE NDIMENTOS
	31 de dezembro de 2014	dezembro	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Mútuo ativo Mútuo passivo Dividendos propostos Outras contas a receber (i)		509	4.888	3.059 10.425				
Conta corrente (gestão de ca Despesas financeiras Receitas financeiras	nixa) (ii) 10	39	1	76		1.579	170.018	106.993

(i) A Companhia mantém contrato com empresa controlada SC Empreendimentos e Participações S.A. de reembolso de despesas efetuadas pela Companhia em beneficio da SC relativas a repasse de despesas de administrativas compartilhadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) A Companhia firmou em 2013 contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu programa de investimento (Nota 12 (c)) e gestão de seu caixa. Os créditos a serem recebidos junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2014 montam a R\$ 170.018. O contrato de prestação de serviços com a Companhia prevê pagamentos mensais à F.L.O.S.P.E. de R\$ 195 a título de taxa de administração pela prestação do serviço acima mencionado.

22 Cobertura de seguros.

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

Ramos	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	25.000
Risco Operação	50.000
Responsabilidade civil/diret./acionistas	36.000